

# **Arquivos eclesiásticos no Brasil: um estudo sobre o Centro de Documentação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)**

## **Carlos Eduardo Neves**

Bibliotecário Contratado do Ministério da Educação/PNUD

[\*caduneves@globo.com\*](mailto:caduneves@globo.com)

## **Maria do Rosário Galeno dos Anjos**

Arquivista do Centro de Documentação e Informação (CDI) da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)

[\*cdi@cnbb.org.br\*](mailto:cdi@cnbb.org.br)

## **Georgete Medleg Rodrigues** – (Coordenadora do artigo)

Doutora em História. Professora do Departamento de Ciência da Informação e Documentação da Universidade de Brasília

[\*georgete@unb.br\*](mailto:georgete@unb.br)

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo recuperar a trajetória da criação e instalação do Centro de Documentação e informação (CDI) da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em Brasília, além de identificar o seu acervo arquivístico, as formas de acesso e tipos de usuários.

**Palavras-chaves:** 1) arquivos eclesiásticos; 2)CNBB; 3) Centro de Documentação; 4) acesso às informações.

## **1. Introdução**

Este trabalho tem como objetivo recuperar a trajetória da criação e instalação do Centro de Documentação e informação (CDI) da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), além de identificar o seu acervo arquivístico, as formas de acesso e tipos de usuários. Os procedimentos metodológicos para sua realização foram os seguintes: leitura de textos normativos sobre os arquivos eclesiásticos e levantamentos no próprio acervo e nos instrumentos de pesquisa já existentes no CDI.

As reflexões aqui apresentadas foram resultado de discussões coletivas durante o curso Tópicos Especiais em Arquivologia – cuja temática foi “Memória e Informação” – ministrada no âmbito do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília. Posteriormente, durante as visitas ao CDI, a arquivista da instituição foi convidada a participar da elaboração deste trabalho considerando-se a sua experiência com a documentação.

A preservação do acervo produzido pela Igreja Católica insere-se num panorama mais vasto de preservação da memória, não apenas da própria Igreja, mas do País. Uma das perspectivas da igreja católica é de conservar sua memória por meio dos seus bens culturais daí sua preocupação com os arquivos, os testemunhos das tradições religiosas e da práxis pastoral. Pois, para a Igreja:

*os arquivos são lugares da memória das comunidades cristãs e fatores de cultura para a nova evangelização. São, pois um bem cultural importante destinado à salvaguarda dos seus documentos que possuem um caráter valioso em que torna possível todo o seu entendimento e compreensão do seu processo evolutivo no discurso da sua história milenária, cuja finalidade destina-se em resgatar o caminho percorrido pela Igreja durante seus milênios de anos em que foi escrita e articulada a história da comunidade eclesial* (PONTIFÍCIA COMISSÃO PARA OS BENS CULTURAIS DA IGREJA, 1997, p. 5).

Sabe-se que a contribuição dos arquivos de instituições religiosas católicas para a compreensão de sua história por meio daquilo que se fez, dos resultados obtidos, das omissões e dos erros é de importante valor, “*pois faz conhecer a sua espessura histórica*”. (PONTIFÍCIA COMISSÃO PARA OS BENS CULTURAIS DA IGREJA, 1997).

A peculiaridade dos arquivos eclesiásticos, que os diferencia das demais instituições, é a regularidade e constância de sua presença na sociedade, nos mais diferentes momentos, o que gera uma documentação bastante especial, só comparada à dos arquivos notariais. Lembremos, por exemplo, que antes da separação entre Igreja e Estado os registros civis (nascimento, casamento e óbito) eram todos realizados pela

Igreja. Os estudos demográficos e populacionais não podem prescindir dos arquivos eclesiásticos que são, muitas vezes, complementares aos registros notariais.

Assim, a produção, acumulação e o arquivamento dos documentos permitem conservar a “história das multiformes *expressões da vida religiosa e da caridade cristã*”, (PONTIFÍCIA COMISSÃO PARA OS BENS CULTURAIS DA IGREJA, 1997, p. 12) coadunando-se com a noção versada por Foucault de “*documento monumento*”. (FOUCAULT, 1987, p. 8). Portanto, a documentação armazenada nos arquivos da Igreja católica é um valioso e imenso acervo, sendo:

*deveras impossível descrever inteiramente a geografia dos arquivos eclesiásticos, os quais, embora na observância das disposições canônicas, são autônomos na sua regulamentação, diversos na organização, próprios para cada uma das instituições que se formaram na história bimilenária da Igreja* (PONTIFÍCIA COMISSÃO PARA OS BENS CULTURAIS DA IGREJA, 1997, p. 12)

Ao abordarmos os arquivos eclesiásticos, estamos trabalhando na perspectiva de suas possibilidades como fonte de informação sobre os diversos aspectos da vida religiosa e social. Os arquivos são instrumentos de preservação e informação necessária à salvaguarda das instituições e para a identidade de um povo. Nas palavras de Abib, um “*instrumental de planejamento e subsídio indispensável na preservação da identidade das instituições e da sociedade*”. (ABIB, 1979, p. 170). Por outro lado, apenas a existência desses arquivos não é garantia de acessibilidade. Por isso, a iniciativa de criação do Centro de Documentação e Informação da CNBB tem um duplo significado: aponta para a vontade de reunir, organizar e tratar esses acervos e ao fazer isso, criar condições para torná-los acessíveis.

## 2. Os arquivos eclesiásticos: o papel da Pontifícia Comissão para os Bens Culturais

Um dos primeiros passos importantes no sentido de proteção aos arquivos eclesiásticos no Brasil deu-se em 1997. Naquele ano, a Pontifícia Comissão para os Bens Culturais da Igreja, por meio de sua Carta Circular de 2 de fevereiro intitulada “A Função Pastoral dos Arquivos Eclesiásticos” quis suscitar o interesse pelos arquivos como importante patrimônio para a cultura histórica e para a missão da Igreja. Essa Pontifícia Comissão, criada em 1988, por João Paulo II, sob a denominação de Pontifícia Comissão para a Conservação do Patrimônio Artístico e Histórico, junto à Congregação para o Clero - autônoma a partir de 1993 -, por diversas vezes, transmitiu aos Arcebispos e Bispos o desejo do Sumo Pontífice, João Paulo II, para que aos bens culturais da igreja fosse dada a merecida atenção. Coube ao Encontro de Historiadores da História da Igreja, realizado em Aparecida, São Paulo, em 1998, propor, entre outras medidas, a criação junto a CNBB, de um Centro de Documentação e Informação da História da Igreja no Brasil (Comunicado Mensal n.530, 1999, p. 900-9001).

A Carta tinha o objetivo de apontar as diversas propostas para a conservação, valorização e formulação de programas orgânicos para o acervo arquivístico da Igreja, prestando, assim, uma grande ajuda na formação da consciência através da riqueza cultural contida nos arquivos eclesiásticos. Refletindo essa preocupação em nível nacional, ocorreu em Aparecida, cidade do Estado de São Paulo, em 1998, o *Encontro de Historiadores da História da Igreja no Brasil*, ocasião em que foram debatidos diversos temas e feitas várias propostas, dentre elas: a situação dos arquivos eclesiásticos brasileiros, o ensino da história da Igreja nos seminários, o estado lamentável em que se encontram os documentos eclesiásticos no Brasil e a criação junto à CNBB de um *Centro de Documentação da História da Igreja no Brasil*. Esse foi o primeiro passo, não só para conservação e organização do acervo documental eclesiástico nacional, como também para a criação do CDI, hoje arquivo da CNBB.

Além da Carta Circular já citada, a Fundación Tavera, organização espanhola, após quatro anos de pesquisa sobre os fundos documentais dos arquivos federais, estaduais, municipais, privados e eclesiásticos relacionados com a história da América

Latina, produziu um documento em que alertava para as condições precárias em que se encontram os arquivos eclesiásticos, assim como importantes coleções de boletins editados pelas principais instituições arquivísticas (Cólon, A de C Y e G, 2000).

O Brasil sai na frente com relação aos outros países da América Latina, no que se refere ao volume e riqueza do seu acervo documental. Contribuição esta dada pelos arquivos eclesiásticos, em decorrência da presença da Igreja no Brasil colônia, e a evangelização por parte das Ordens Religiosas. Hoje a Igreja tem manifestado grande interesse em recuperar e conservar o que restou do seu patrimônio documental contido na maior parte nas Arquidioceses, Dioceses, Catedrais, Igrejas, Paróquias, Ordens Religiosas e Casas de Misericórdia, e constituídos na sua maioria pelos registros de batismo, matrimônio, crisma, óbitos e sacramentos. Ressalte-se que, em consequência da expulsão dos Jesuítas em 1760, houve uma significativa perda de documentos produzidos pela Companhia de Jesus desde o século XVI. Como também o Brasil foi o primeiro país da América Latina a publicar uma Lei de Arquivos<sup>1</sup> e estabelecer um sistema nacional de arquivos<sup>2</sup>, após a entrada em vigor desta Lei, tem havido outras normativas legais no que se refere ao patrimônio documental brasileiro através de Leis e Decretos. O percurso das ações da Igreja no que diz respeito aos seus arquivos está muito bem referenciado em Abreu (FONTES, Paulo <sup>o</sup> F e ROSA, Maria de Lourdes, 2000, p. 127-162), incluindo as normas.

Com referência aos arquivos eclesiásticos, o Código Canônico Geral<sup>3</sup> é a norma que baliza legalmente o funcionamento desses arquivos juntamente com o Concílio de Trento que foi o ponto de partida para a normalização dos arquivos eclesiásticos. Mesmo sem ter feito menção direta a esses arquivos ou uma regulamentação jurídica, em poucas das suas disposições disciplinares alude normas que venham apontadas

---

<sup>1</sup> Lei 8.159 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e das outras providências.

<sup>2</sup> Sistema nacional de Arquivos – SINAR, órgão vinculado ao CONARQ com a iniciativa de promover o intercâmbio permanente entre os arquivos públicos e privados do país, objetivando a modernização e a integração sistemática das atividades e dos serviços arquivísticos, criado pelo Decreto 82.308 de 25/09/1978.

<sup>3</sup> Corresponde ao Livro 2, parte 2, art. 2º do Código Canônico Geral de 1983.

como a carta funcional de alguns arquivos eclesiásticos ou o começo para uma política eclesiástica para os seus arquivos.

Por outro lado, hoje, no Brasil, não existe nenhuma associação nacional ou estadual que se ocupe da melhoria desses arquivos ou da coordenação de projetos relacionados à fomentação do seu patrimônio documental, tampouco do intercâmbio entre eles. Qualquer ação voltada para este objetivo, corresponde a uma atitude individual e isolada dos responsáveis por estes arquivos. Entretanto, é preciso ressaltar que mesmo essas iniciativas isoladas têm insistido na questão do acesso aos documentos eclesiásticos, como observa o padre Abib. Observando as normas destinadas a utilização dos arquivos eclesiásticos, o Padre Abib observa que *“o arquivo deve ter um regulamento tal do qual não constam, apenas, as normas de conservação e ordenação, mas também, e, sobretudo, as condições de uso e consulta”* (ABIB, 1979, p. 777).

Entretanto, é importante ressaltar que, em Portugal, por exemplo, já existe um Plano de Trabalho para *“o desenvolvimento integrado da arquivística religiosa”* (FONTES, Paulo <sup>o</sup> F e ROSA, Maria de Lourdes, 2000, p. 299-304).

### **3. O arquivo da CNBB em Brasília: origens e trajetória**

Na literatura sobre arquivos no Brasil, são raras as referências aos arquivos eclesiásticos. Em revistas, dissertações, teses ou em publicações da CNBB encontra-se muito sobre definições clássicas, antigas e fora da realidade hoje, desses arquivos. Sendo quase impossível se encontrar informação sobre sua descrição, uso, organização ou sua importância e divulgação nos próprios arquivos ou instituições mantenedoras destes. A organização de arquivos eclesiásticos, sua importância dentro das instituições para uso interno ou uso externo como fonte de intercâmbio científico, é, parece-nos, o que deve ser enfatizado. O enfoque hoje atribuído aos problemas arquivísticos eclesiásticos, e o interesse que estes vêm estimulando e despertando, aumenta mediante o volume documental, produzido constantemente, mas desprovido de normas para seu tratamento e acesso.

Pode-se situar a origem do CDI quando Dom Damasceno, Secretário Geral da CNBB participa da 1ª Mesa Redonda sobre Arquivos, promovida pelo Arquivo Nacional

no Rio de Janeiro, em 13 de julho de 1999 (Comunicado Mensal n. 533 1999, p. 1693). O Monsenhor Jamil Abib, a convite do Secretário Geral faz um levantamento para reestruturação do arquivo e organização da documentação da CNBB (Comunicado Mensal n. 534, 1999, p. 1833-1834). Finalmente, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil deliberou dar a devida organização aos seus arquivos.

A organização do acervo arquivístico da CNBB teve início no segundo semestre do ano de 2000 e foi concluída em 2001. Para tal, foi contratada uma empresa especializada em organização de arquivos. Oficialmente, o trabalho começou em outubro, mas na prática, um pouco antes, com a vinda das consultoras do Projeto para realizar um diagnóstico do acervo, conhecendo a Instituição, fazendo levantamento do material para posterior criação e proposição de um Plano de Classificação. O projeto identificou 300 metros lineares de documentação a ser tratada e esta se encontrava, basicamente, em três espaços distintos: salas de trabalho, biblioteca e porão. O estado de conservação da documentação era de regular a ruim.

Após esse período, com o objetivo de implementar as políticas arquivísticas na CNBB, foi criado o CDI, como um setor específico do Secretariado Geral, subordinado ao Secretário Geral, e foi instituído no Estatuto e Regimento aprovados pela Assembléia Geral da CNBB, em abril de 2002. As atividades do CDI envolvem o processamento técnico e controle dos documentos produzidos e recebidos pelas unidades que constituem a estrutura organizacional da CNBB no desempenho de suas funções administrativas, pastorais e evangelizadoras, desde a fase de produção até a destinação final. Fazem parte de suas atribuições: estimular o uso e controlar o acesso aos documentos para fins de pesquisa e informação e promover a divulgação do acervo arquivístico.

#### **4. O acervo do CDI: tipologias e organização dos fundos.**

O acervo reunido pelo CDI é constituído por documentos textuais, microfilmes, impressos (publicações oficiais da CNBB) e audiovisuais (vídeos, filmes, cds), eslaides, fotografias e cartazes. O acervo da CNBB é constituído de dois fundos documentais, a saber: Instituto de Previdência do Clero (IPREC) e Conferência Nacional dos Bispos do

Brasil (CNBB). O IPREC é um fundo fechado, constituído, essencialmente, de documentos referentes à assistência para fins médicos, aposentadoria e pensões, dos (as) religiosos (as). Para uma visualização global, ver Quadro 1.

O fundo CNBB reúne os documentos expedidos e recebidos pela conferência em decorrência de suas atividades administrativas, pastorais e evangelizadoras. Para o fundo CNBB foi desenvolvido um Plano de Classificação de Documentos Arquivísticos (PCDA), o qual sintetizou as atividades da instituição em 10 grupos: 000- Administração Geral; 100- Relações com a Sé Apostólica. Vaticano; 200- A Igreja no Mundo; 300- Organização, Estrutura e Funcionamento da CNBB; 400- Ação Evangelizadora e Pastoral da Igreja no Brasil; 500- Consultoria Jurídico-Canônica. Consultoria Jurídico-Civil; 600- Relações com Organismos da CNBB, Subsidiários e Eclesiais; 700- Relações Igreja e Estado. Brasil e Exterior; 800- Relações com Entidades Privadas Nacionais e Internacionais; 900- Eventos e Atividades Sociais e Culturais. Relações com a Sociedade

## **5. Acesso aos documentos do CDI e serviços aos usuários**

Atualmente, o CDI realiza atendimento às consultas e pedidos de informação; realiza pesquisas; empréstimos de documentos para os usuários internos, ou seja, os setores internos da Casa. É importante ressaltar que os documentos já considerados de caráter permanente estão disponíveis ao público para pesquisa, sem restrições. Entretanto, há documentação de natureza sigilosa com normas específicas de acesso, assim como para aquela em suportes especiais.

Em termos de perfil de usuários, hoje, o quadro é o seguinte: Assessores da CNBB; Funcionários da CNBB; Religiosos; Pesquisadores. Desde a inauguração do CDI, em abril de 2003 foram realizadas 921 pesquisas. Esses dados estatísticos e outros mais podem ser visualizados nos Quadros 4 e 5.

Vejamos os quadros a seguir:



**Quadro 1: Os arquivos impressos do CDI**

<b>Descrição</b>	<b>Cont./ Tipol.</b>	<b>Data-limite</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Trat.Arquivístico</b>
AG	Dossiês; Atas	1952-2003	125 vol.	Arranjado
CP	Dossiês; Atas	1980-2002	23 vol.	Arranjado
CONSEP	Dossiês; Atas	1971-2002	39 vol.	Arranjado
CM	Periódico	1952-2003	87 vol.	Arranjado
Doc. da CNBB		1973-2004	16 vol.	Arranjado
Est. da CNBB	Estudo	1974-2004	20 vol.	Arranjado
Out.documentos	Dossiês; Atas	1952-2002	140 vol.	Arranjado

**Quadro 2: Os arquivos textuais do Fundo IPREC**

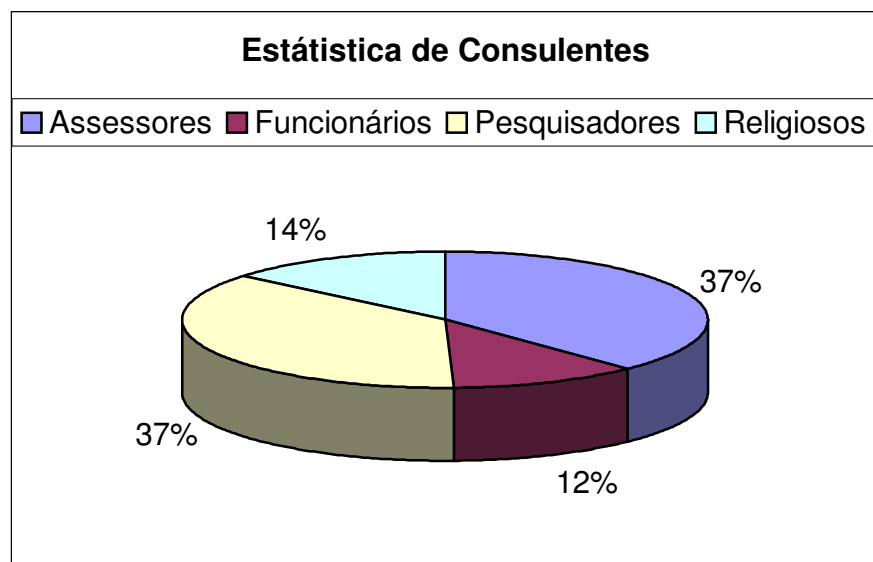
<b>Descrição</b>	<b>Cont./Tipol.</b>	<b>Data-limite</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Trat.Arquivístico</b>
Org. e Estrutura	Regimento	1967-1978	03 cx.	Arranjado
Fic. Associados	Ficha	1973-1977	37 cx.	Arranjado
Pessoal	a verificar	1969-1989	09 cx.	Arranjado
Finanças	a verificar	1964-1990	06 cx.	Arranjado
Liq. do IPREC	a verificar	a verificar	04 cx.	arranjado

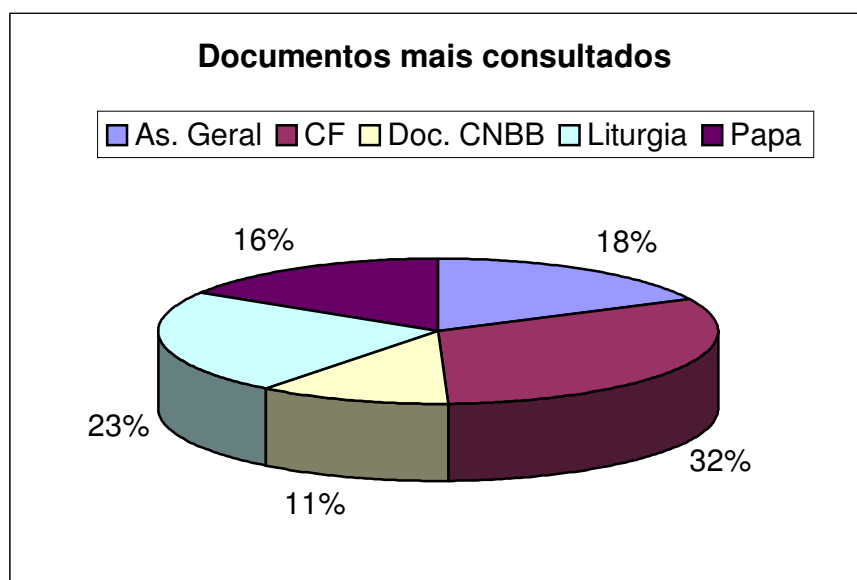
**Quadro 3: Os arquivos textuais do Fundo CNBB**

<b>Descrição</b>	<b>Cont./Tipol.</b>	<b>Data-limite</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Trat.Arquivístico</b>
Santa Sé	Dossiê; Norma; Correspondência	1949-1999	39 cx.	Em fase de revisão
A Igreja no Mundo	Correspondência;	1951-2000	25 cx.	Em fase de revisão
Org. CNBB	Dossiê; Norma; Correspondência,	1952-2001	39 cx.	Em fase de revisão
Ação Pastoral	Dossiê; Norma;	1953-2004	626 cx.	Em fase de

	Relatório			revisão
Dir. Cãn. e Dir Civil	Correspondência	1963-1994	02 cx.	Em fase de revisão
Organismos da CNBB, Subsidiários, Eclesiais	Correspondência; Dossiê; Relatório; Estatuto	1956-2000	94 cx.	Em fase de revisão
Relações Igreja e Estado	Correspondência; Relatório; Dossiê	1958-1999	29 cx.	Em fase de revisão
Entidades Privadas Nacionais e Internacionais	Correspondência; Relatório; Dossiê	1949-1999	93 cx.	Em fase de revisão

#### Quadros 4 e 5: Dados Estatísticos





## Referências

1. ABIB, Jamil Nassif, Pe. Problemática dos arquivos eclesiais Latino-americanos e sugestões e soluções. **Comunicado Mensal**: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Brasília: n. 322. p.765-771, jul. 1979.
2. ALCALA ALVARADO, Alfonso. Problemática dos arquivos eclesiais latino-americanos e sugestões de solução. **Boletim do Centro de Pesquisa e Estudos sobre a História da Igreja no Brasil**, São Paulo, ano. 1, n. 2. , mai., 1979.
3. BARROS, Daniela Marti. A memória. **Com Ciência**. Porto Alegre, 2004. disponível em <http://www.conciencia.br>. Acesso em: 18 mar. 2004.
4. CENTRO DE REFERENCIAS DE LA FUNDACIÓN HISTÓRICA TAVER. doc. 20 ago. 2004. 35 kb. 1 disquete, 3 ½ pol.

5. Comunicado Mensal: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Brasília, n. 530, p. 900-901, jan. /fev. 1999.
6. \_\_\_\_\_, Brasília, n. 533, p. 1693, jun. /ago. 1999.
7. \_\_\_\_\_, Brasília, n. 534, p. 1833-1834, set. 1999.
8. COLON, A de C Y G. (coord.). Los archivos de America Latina: informe experto de la Fundación Tavera sobre su situación actual. Espanha: Fundación Histórica Tavera/Banco Mundial, 2000, 281 p.
9. FONTES, Paulo <sup>o</sup> F e ROSA, Maria de Lourdes **Arquivística e arquivos religiosos. Contributos para uma reflexão.** Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa/Pontifícia Universidade Católica Portuguesa, 2000.
10. FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** 3. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.
11. MANDROU, Robert. **Des humanistes aux hommes de science: XVI et XVII siecles.** 3. ed. Paris: Ed. du Seuil, 1973. 244 p. apud VOVELLE, Michel. Ideologias e mentalidades. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 19.
12. PONTIFÍCIA COMISSÃO PARA OS BENS CULTURAIS DA IGREJA. **Carta circular:** a função pastoral dos arquivos eclesiásticos. Vaticano: Palazzo Della Cancelleria, 1997.